

INSIGTS SOCIOLÓGICOS SOBRE UM PAÍS EM TRANSE

LUCIANO ALBINO¹⁰⁰

RESUMO

A regra estruturante do estado moderno brasileiro, que consiste em concentrar o poder político e econômico regionalmente se apresenta incapaz de garantir a sociabilidade, o que leva a crer que o país necessita de articulação política, semelhante ao ocorrido na Constituinte de 1988, para retomarmos referenciais mínimos de coesão social e de tolerância. Este texto faz parte de uma pesquisa bibliográfica e se apresenta, neste caso, como uma espécie de reflexo primeiro do conjunto de leitura que tenho feito sobre o pensamento social brasileiro.

Palavras-chave: Conjuntura. Antropofagia. Desigualdade Regional. Neopentecostalismo.

SOCIOLOGICAL INSIGHTS ABOUT A COUNTRY IN TRANCE

ABSTRACT

The structural rule of the Brazilian modern state, which consists of concentrating political and economic power regionally, presents itself incapable of guaranteeing sociability, which leads one to believe that the country needs political articulation, similar to that which occurred in the 1988 Constituent Assembly, in order to take back references social cohesion and tolerance. This text is part of a bibliographical research and presents, in this case, as a kind of reflection first of the set of reading that I have done on Brazilian social thought.

Keywords: Conjuntura. Anthropophagy. Regional Inequality. Neopentecostalism.

1. Max Weber e a formação do estado moderno: reminiscências regionais de um pensador universal

O processo de racionalização destacado por Weber em vários trechos de sua obra, que seria próprio da cultura Ocidental e estaria em curso há milênios, vem esclarecer, dentre outras coisas, a formação do estado e do capitalismo modernos. Uma base jurídica, também moderna, estruturou a ordem tipicamente burocrática, responsável pela profunda mudança social. Weber explica o caminho histórico a partir do qual, o Estado capitalista

100. Prof. Dr. Luciano Albino. Departamento de Sociologia. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Universidade Estadual da Paraíba.

moderno sucedeu outro, patrimonialista, personificado na figura dos senhores feudais e principados regionais.

Em “Os Alemães” (1996), Elias analisa a unificação da Alemanha, partindo do pressuposto de que a unidade nacional decorreu do enfrentamento e vitória daquilo que se consolidou como Estado, sobre principados regionais. Em resumo, o sucesso da nação depende de sua capacidade simultânea de aglutinar e subordinar poderes “autônomos”. Significa afirmar que os feudos e seus senhores, organizados por bases culturais, próprias do universo personalista e patrimonialista, sofreram profundas transformações provocadas pelo Estado burocrático moderno, disciplinado segundo referências formais e, nestes termos, desencantado em relação ao misticismo próprio das sociedades tradicionais.

Se, por um lado, os principados regionais na Alemanha possuíam o formato típico do pré-moderno, e, por outro lado, racionalização da vida e Estado burocrático burguês dizem respeito à modernidade, pode-se afirmar que o regional, tanto em sua dimensão ontológica, quanto político-histórica, refere-se a processos descentralizados e, desde sempre, periféricos, em relação a um poder central ou a projetos de dominação homogeneizadores. Em resumo, a formação dos Estados Nacionais modernos, que a Alemanha é só um exemplo, consolidou-se pela capacidade de centralização do poder e o conseqüente controle das bases periféricas (regionais) pelo monopólio legítimo da violência.

Max Weber nasceu (1964) quando a Alemanha ainda não havia sido unificada. A partir de 1871 a consolidação de um Estado moderno passou a ser algo bastante concreto, especialmente naquilo que o definiu segundo os pilares da nacionalidade, da industrialização e da guerra. O contexto histórico que orientou todo o pensamento de Weber esteve definido na tensão entre estados feudais, tipicamente orientados pelo patrimonialismo e outro, moderno, liderado pela Prússia, consubstanciado pela ordem modernizadora de objetividade industrial e burocratizante, circunscrita culturalmente pelos valores do nacionalismo alemão no tabuleiro europeu de potências industriais em renovado estado de guerra. De modo detido, há em Weber reminiscências regionais no pensador universal. Assim, o regional, patrimonialista, e o nacional moderno, burocrático, são placas tectônicas do seu pensamento e a tensão entre elas provoca abalos sísmicos que fundamentam seu arsenal teórico, ao passo que acomodam uma geografia de ideias à compreensão fria e objetiva da modernidade que se intensifica e amplifica seus tentáculos de controle racional sobre a vida, tal como esclareceu na “Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo” (1987). Este modelo racional de compreensão da modernidade é bastante útil ao entendimento, por exemplo, de como o Brasil viabilizou o seu processo de modernização a partir da centralização do poder e da economia em termos regionais.

Em resumo, tal como ocorreu na Alemanha, no Brasil, falar em estado moderno, principalmente a partir da Era Vargas, diz respeito ao empenho do centro do poder econômico e industrial (São Paulo) de subjugar o país, quer dizer, as diversas regiões, segundo seu projeto de acumulação desigual.

2. Brasil: relação centro/periferia como ato antropofágico

No caso brasileiro, em particular, embora não tenha ocorrido o que poderia se chamar de feudalismo, a formação histórica revela uma tensão latente e duradoura entre dois espaços/discursos polares. Tensos, contraditórios, às vezes complementares, outras vezes, discordantes, irreconciliáveis. Refiro-me à relação entre o Regional e o Nacional no Brasil. De certo modo, tais realidades ou reivindicações provocaram o que pode ser chamado de dinâmica da nacionalidade brasileira. Com tal afirmação quero dizer que o regional, no Brasil, possui um elemento forte em torno de afirmações de distanciamento em relação ao que se construiu como centro. Falar em região é reavivar a memória do conflito entre brasis que se chocam: um, de pretensões centralizadoras, representantes do estado concentrador; outro, interior, periférico, tenso e inconformado com o projeto homogeneizante¹⁰¹.

Nesta perspectiva, o que entendemos como país precisa ser dividido em dois momentos para sua compreensão. Em primeiro lugar, coube ao Império, com destaque para o século XIX, a garantia da unidade territorial, o que favoreceu o Brasil à delimitação de fronteiras que o transformaram em país imensas dimensões. Ao contrário dos espanhóis, os portugueses tiveram mais êxito no tocante à centralização do poder, não permitindo que revoltas dividissem seu território conquistado. Assim, a capacidade de abafar os mais diversos movimentos separatistas (Confederação do Equador, Guerra dos Farrapos e do Contestado, Sabinada, entre tantas outras), permitiu que houvesse, mesmo diante de tamanha diversidade, uma centralização do poder que formou um país de dimensões continentais. Tais levantes e revoltas tiveram em comum o desejo separatista, reflexo de interesses discrepantes dessas bases regionais em relação ao poder central do Império Brasileiro. A este coube, pela espada, abrigar um arquipélago de regiões no vasto território. Até o final do século XIX o Brasil foi isto, regiões bem diversas alinhadas pelas diretrizes de um Império escravocrata e decadente¹⁰².

A República, na linha reflexiva que este ensaio se propõe a fazer, foi o esforço político de modernizar o país, com destaque para a construção do essencial para tanto,

101. Para entender um pouco essa tensão regional, ver Gilberto Freyre “Manifesto Regionalista” (1922) e Durval Muniz “O Nordeste e outras invenções” (2011).

102. Ver Oliveira, Chico. “Elegia para uma (Re)ligião”.

quer dizer, nacionalidade e maior integração econômica externa, com especial atenção para as atividades agroexportadoras (café). De certo modo, operou-se o modelo europeu, com o fortalecimento do poder central segundo o horizonte daquelas potências capitalistas, cujo êxito ou fracasso se apoiavam no tripé: nação, indústria e guerra. A Alemanha pode ser tomada, mais uma vez, como exemplo, para esclarecer esse processo. O ser alemão, cada vez mais fortalecido pela alteridade, ao diferenciar-se de outras nações, induziu a indústria como um todo e a bélica, em particular.

Significa dizer que os conflitos com a França, ainda no século XIX, foram fundamentais para a nacionalidade alemã. As duas guerras mundiais também desempenharam esse papel. Em síntese, na modernidade, a guerra não pode ser associada a perda de equilíbrio ou desarmonia. Ela possui função social importante, com destaque ao impulsionamento da indústria e para a motivação de uma efervescência nacionalista, central, da mesma maneira, para a consolidação dessas potências imperialistas.

Em termos tupiniquins, se ao Império coube a tarefa de garantir as fronteiras e a unidade territorial, teve a República, principalmente a partir dos anos de 1930, com Getúlio Vargas, o papel de construir uma identidade nacional. Só a partir de tal contexto o Brasil moderno foi construído. Neste caso, moderno significa nacionalidade, industrialização e guerra, como já foi exposto. Porém, na nossa experiência, o inimigo não os vizinhos. Conosco, a função social da guerra, parafraseando Florestan Fernandes, tão explorada pelas grandes potências, teve peculiar ressignificação. O nosso “outro” somos nós mesmos, seja o passado a ser combatido, sejam os estranhos dessa nacionalidade encantada (comunistas, ateus, paraíbas).

Ocorre que o sangue tupinambá parece ferver em nossas veias mais do que possamos sentir tal constatação. Nossas mães ancestrais melaram seus seios com sangue humano no ritual transcendente e o gosto parece ter ficado na boca dos descendentes que lá mamaram. Somos antropofágicos ainda, buscamos aqueles seios, aquela carne, caçando, comendo, subjugando as tribos do interior. A Igreja Católica, nos séculos que se seguiram a partir de 1500, aos poucos e insistentemente substituiu carne e sangue do “outro”, pelo corpo e sangue de Cristo. De alguma forma, o tupi que há em nós, simbolicamente, transmutou sua sociabilidade guerreira e antropofágica pela Eucaristia e conquista dos sertões. Sobre esse fazer canibal muito nos ensinou Hans Staden e Florestan Fernandes, especialmente a respeito da função social da guerra e da prática do canibalismo. A partir desses pensadores, acredito que os rituais, há muito praticados pelos nossos antepassados, são mais do que lembrança do período colonial, mas arquétipos recalcados de nossa brasilidade não realizada, inacabada.

Tudo indica que a atual conjuntura seja de inflexão ou crise de certos instrumentos

que reprimiram essa antropofagia. Ou melhor, houve uma sistemática privatização do ato antropofágico, exclusiva para alguns, excluída para outros. Em pleno século XXI somos tupinambás com gosto de sangue na boca. Os reprimidos desse ritual de realizações transcendentais e identitárias não contêm mais a sede canibal, não querem mais ser só a caça.

Como tentarei apresentar, de modo breve, pois estou em processo de pesquisa sobre o assunto, considero que vivemos um delírio antropofágico ou o retorno do antropofágico, semelhante a afirmação psicanalítica do retorno do recaiado. O que chamamos de modernidade foi a tentativa de catequizar ou reprimir, mas o que temos, hoje, é uma espécie de desritualização da antropofagia, um todos caçando todos. Precisamos ritualizá-lo novamente, senão, nossas bases societárias intensificarão crises e calamidades de dimensões bíblicas. Em resumo, um projeto civilizatório brasileiro passa pela domesticação dos hábitos antropofágicos, passa, assim, por uma etiqueta canibal¹⁰³. Sigamos nesta catarse antropológica.

3. As missões paulinas

São Paulo, a cidade, não poderia se chamar São João, São José, São Marcos, São Pedro ou qualquer outro santo católico. Paulo, o apóstolo, pela condição intelectual diferenciada, tanto na tradição judaica quanto na greco-romana teve papel importante, seja na condição de pastor, seja na de articulador da nova ordem religiosa que se provocou a partir de Jesus. Ele será o primeiro, antes de qualquer outro apóstolo, a promover, pelas missões, a própria fundação do Cristianismo. Nestes termos, deve ser considerado o fundador da Igreja. Tal condição foi bem lembrada pelos Jesuítas na fundação do que viria a se tornar a “nossa” Sampa, tendo em vista que de lá se deu início a ocupação dos sertões através das “bandeiras”, ou, como quero chamar, nossas “missões paulinas”.

Paulo de Tarso, com suas cartas e missões difundiu o Evangelho pelo Império Romano. O que ele fez equivale, nos dias de hoje, a transformar em texto uma tradição oral de uma língua nativa da região amazônica para o inglês e, em seguida, publicar nas redes sociais. Tal conteúdo de significado parece ter estado bem presente entre os religiosos da Companhia de Jesus no ato de fundação do que se tornou o quartel-general, o ponto de partida missionário e conquistador do interior, do então nascente Brasil. Em resumo, desde sempre, São Paulo teve vocação para “converter”, subjugar, avançar sobre os sertões, que hoje são o Brasil. Chamar-se Paulo é o mesmo que fundador, vértice. Esse batismo não foi aleatório e parece que também não foi esquecido. Só para lembrar, o

103. Inspiro-me em Elias (1999) quando me refiro a “projeto civilizatório”.

mapa do Brasil está dentro da bandeira paulista, nada menos ilustrativo para a mensagem clara de que o primeiro está contido no segundo e não o contrário, como ocorre com os demais estados.

O Brasil moderno intensifica a industrialização a partir de São Paulo e isto assume um caráter peculiar para a construção da unidade nacional, no século XX. Assim como ocorreu na campanha pela independência e na proclamação da República, constata-se o protagonismo paulista no processo de modernização do país. Defendo, nestes termos, a ideia de que o Brasil, mesmo já consolidado como território e estado-nação, desde a independência, só veio a se estabelecer como tal a partir dos anos de 1930, na composição conflituosa e revolucionária entre Vargas e os paulistas. Ao passo que a Revolução de 1930 foi um grito contra a política “Café com Leite”, ela também se tornou o ponto de partida para a industrialização do país, cujo epicentro se localizou em São Paulo, no desdobramento de uma Revolução Burguesa tal qual esclareceu Florestan Fernandes (1976). Houve, entre nós, longo processo para a definição do que somos hoje em termos territoriais e identitários. Em outras palavras, a nacionalidade, naquilo que a entendemos como simbólico, cultural e, principalmente, etnológico, possui uma história que se tornou realidade nos últimos 100 anos.

Assim, a nacionalidade brasileira moderna assume seus contornos com a consolidação de uma burguesia industrial paulistana, a tensionar até os dias de hoje, a dinâmica política e econômica brasileira. Em poucas palavras, compreender a sociedade brasileira a partir dos anos de 1930 exige o olhar detido sobre o processo de transformação do país em potência econômica, porém, concentrada regionalmente. De forma didática, nosso maior dilema está nas acomodações e conflitos decorrentes da concentração de riquezas que escorrem ao nosso “Paulo de Tarso”. Cada sacoleira que faz compra na Rua 25 de Março e retorna para seus rincões é uma missionária paulistana. Esta lógica se aplica para infinitos outros exemplos de missionários.

Podemos ter vários problemas, mas o principal, com certeza, é a desigualdade regional. Em relação ao país, São Paulo avança em ato antropofágico, sem freios litúrgicos. Para resumir, qualquer movimentação contrária sente o poder do “pato amarelo”¹⁰⁴, ou o peso da paulada na moleira ao banquete antropofágico.

104. Alusão às manifestações ocorridas na Avenida Paulista pelo impeachment da Presidente Dilma Rouseuff.

4. Espírito do Capitalismo e Ethos Neopentecostal no Brasil

A partir da era Vargas, nos anos de 1930, o Brasil experimentou, em sequência, períodos de desenvolvimento (Juscelino e Militares - pós 1964) cujo resultado foi a mudança significativa na estrutura social do país. Nas três décadas que seguiram o pós-Segunda Guerra Mundial, bastante influenciado por iniciativas como a “Aliança para o Progresso”, o Brasil muda seu foco e modelo societário (Rio de Janeiro - Paris) para São Paulo - Nova Iorque. O país em vias de modernização caminhou para o todo que isto significa: expansão urbana, industrialização, êxodo rural e, principalmente, elevada capacidade de geração de riquezas.

Segundo o que Florestan Fernandes esclarece na clássica pesquisa que realizou sobre o negro na sociedade de classes, fica claro que a abolição não o libertou de sua condição de marginalizado. Ao contrário, mesmo como proletário, “integrou-se” em uma sociedade de ares novos/modernos, de disciplinamento do horário e o mercado como realidade restritiva, na constatação de que a desejada liberdade não alterou muito suas condições de trabalho. Para Florestan Fernandes, a questão racial passava pelo enfrentamento das contradições históricas brasileiras de exploração de classe, de brancos sobre negros. Isto é útil para entender o mecanismo de concentração de riqueza, pois, para além das tradicionais formas de disciplinamento do trabalho em condições capitalistas, houve também o uso de todo um aparato simbólico que sempre destacou o passado do negro como escravo e do índio como selvagem. Quer dizer, controle econômico e simbólico a criar homens úteis e dóceis (Foucault, 2001). Refletir sobre o campo religioso brasileiro é bastante oportuno ao entendimento dessa relação entre ethos econômico e valores culturais.

Seguindo o raciocínio, até o início dos anos de 1970 o Brasil era, no campo religioso, um país com 90% de sua população católica¹⁰⁵. Este número começa a cair de maneira constante nas décadas seguintes, ao ponto de ser constatado em 2007 um percentual de 73,9%, com tendência de queda. O país continua cristão, em sua esmagadora maioria, no entanto, com um número crescente de fiéis nas igrejas evangélicas, com destaque para o Neopentecostalismo presente na periferia das grandes cidades do país. Estima-se que o número de católicos no país hoje esteja em torno de 60%.

Segundo Pierucci¹⁰⁶, nos anos de 1970, muitos sociólogos da religião acreditavam que a tendência do Brasil no campo religioso seria a ampliação de seus elementos

105. Os Mapas, Atores e Números da Diversidade Religiosa Cristã Brasileira: Católicos e Evangélicos entre 1940 e 2007. Disponível em < https://www.pucsp.br/rever/rv4_2008/t_campos.pdf > Acesso em: 15 de abril de 2019

106. Religiosidade, racionalização e desencantamento. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=vwLn1-EK00>> Acesso em: 24 de abril de 2019

sincréticos, no sentido de que a Umbanda tenderia a se tornar, no futuro, a nossa religião mais predominante. Tendo em vista a capacidade de aglutinar influências das matrizes fundadoras do ser brasileiro miscigenado (índio, negro e branco), a Umbanda poderia representar a espiritualidade nacional. Ledo engando. O mesmo Pierucci analisa que outro fenômeno ocorreu. Neste caso, a expansão do número de pessoas sem denominação religiosa por um lado e, por outro, a explosão de igrejas evangélicas foi decisivo para novas relações sociais.

As igrejas evangélicas impuseram outra dinâmica ao jogo. O catolicismo brasileiro teve, por séculos, a capacidade de agregar em seu meio uma diversidade de tendências e alas, cujos vieses iam do catolicismo popular, à teologia da libertação, passando pelas formas mais conservadoras e carismáticas. Era como se, nele, mãe Menininha e Chico Xavier, Dom Helder Câmara e Dom Eugênio Sales pudessem conviver, uma vez que havia uma espécie de grande guarda-chuva simbólico que garantia a unidade na diversidade, até para os que estavam fora dela.

Com os evangélicos isto não ocorre. No lugar da sopa do sincretismo, para citar novamente Pierucci, em que as diferenças se diluem para formar um caldo grosso, o que passou a ocorrer foi a diferenciação. Não mais sopa, mas salada. Cada coisa tem seu sabor e está em separado, no sentido de que, para os evangélicos, não há a possibilidade de sincretismo com as religiões de origem africana ou com o catolicismo, a lógica é cada um em seu quadrado. Outra dimensão a ser observada nesse fenômeno religioso diz respeito à relação direta entre modernidade e crise das religiões tradicionais. Quanto mais moderno (urbano, industrial), mais o terreno fica fértil para novas experiências religiosas, com destaque para as igrejas evangélicas. Assim, maior complexo urbano e suas periferias, também maior a presença de novos cultos evangélicos.

O mundo desencantado, nos termos de Weber, com violências, exclusões, e vulnerabilidades as mais diversas fez com que o homem moderno voltasse para as igrejas como estratégia de sobrevivência e amparo. Em outras palavras, a instrumentalização da vida e o desencantamento do mundo induziram o seu contrário, quer dizer, a busca do sagrado como escudo de sociabilidade. Para aprofundamento deste assunto sugiro a leitura de Habermas (2013). O sagrado, que pareceu estar fadado ao fracasso no Ocidente, retoma sua força em pleno mundo globalizado. Internet, globalização e religião são assuntos presentes em todas as pautas contemporâneas.

Continuando. Há alguns anos observo a rotina de muitas pessoas que se tornaram evangélicas. Mais do que pesquisa acadêmica, naquilo que entendemos por método e objetividade, tem se tornado uma curiosidade sociológica, digamos assim. Empregadas domésticas, vendedores ambulantes (feirantes), lavadores de carro, entre outros são os

meus focos de observação, ou melhor, companheiros de conversa. Quanto mais observo as situações, mais me impressiona a profundidade do pensamento de Florestan Fernandes (1973) quando afirma que, no Brasil, ocorreu para o negro, uma espécie de prolongamento da condição de escravo, mesmo após a Lei Áurea. Como se houvesse a perpetuação da discriminação. Assim, para além das questões relativas à classe, observa-se a reprodução de um processo excludente de cunho racial que se atualiza. Para homens e mulheres negros, como também, para o mais pobre em geral, mais do que discriminação por sua própria condição de pobreza há outra segregação, aquela decorrente da origem, da raça. Em outras palavras, discriminação de classe e de casta. O prestígio de pertencer a uma classe dominante não se limita a ter mais dinheiro ou elevado padrão de consumo, mas por se diferenciar do que seja negro, índio, nordestino, caipira. Com a reprodução desses preconceitos de classe e de “casta”, não pode o filho do branco dividir a universidade, o avião, a vaga de estacionamento com os que vêm desses níveis “inferiores”. Pois bem, tradicionalmente, os personagens sociais a que me referi são vítimas desse duplo ato discriminatório.

Para alguém, então, que passa o dia inteiro vendendo jujuba nos semáforos, limpando para-brisas ou lavando carros a palavra que mais escuta é “não”. O estado de negação é vivido pela empregada doméstica, pela manicure, pelo zelador do prédio. Quantos “não(s)” essas pessoas ouvem todos os dias? Mas, a noite, quando o homem veste seu paletó, a mulher o melhor vestido, e vão para o culto, geralmente realizado em igrejas suntuosas, climatizadas e com toda infraestrutura de excelente acomodação; quando ouvem, agora, que são filhos e filhas de Deus; quando encontram “irmãos” na mesma experiência fraterna, vivem a efervescência, um encontro, principalmente consigo mesmos, ao se sentir, pela primeira vez, quem sabe..., prestigiados. Quer dizer, uma ideia de homem, uma visão de mundo, como bem destacou a antropologia filosófica de Bourdieu¹⁰⁷ afloram e trazem novos significados. Ocorre uma espécie de libertação sobre o que os outros pensam sobre você. O capital simbólico decorrente da conversão traz o céu para o mundo de infernos cotidianos. É como se ser negro, doméstica e ambulante passasse a não ser mais importante, tendo em vista a satisfação proporcionada pela fé. É oportuno destacar que nesse baú de “novos valores”, com destaque para a agenda conservadora, a relação com homossexuais, cultos afro-brasileiros, direitos humanos etc. passa a ser cada vez mais tensa e excludente.

De certo modo, o “a fábula das três raças” como bem analisa e critica Da Mata (Da Matta, 1987) , a “democracia racial”, o sincretismo religioso, “o homem cordial” e a miscigenação são instrumentos religiosos, sociológico/acadêmicos e políticos que

107. PETERS, Gabriel. O social entre o céu e o inferno: A Antropologia Filosófica e Pierre Bourdieu. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/48867/52942>> Acesso em: 24/04/2019

forjaram uma nacionalidade em que o Brasil passou a ser visto por ele mesmo e pelo mundo como o país do carnaval, do futebol, onde as tensões raciais se resolvem na cama, onde “Deus é brasileiro” e que somos o “país do futuro”, “lindo por natureza”. Os escritos de Jessé Souza¹⁰⁸, muito no que criticou de nossa formulação sociológica e da peculiaridade predatória de nossas elites, são indicações de leitura da mais alta riqueza de dados e de profundidade analítica ao entendimento da construção social brasileira. Na atual conjuntura, os tradicionais modelos e compreensões sociológicas parecem não mais suficientes. O Brasil mudou e, com isto, nossos conceitos estão caducando, ou, pelo menos, reduzindo seu poder de análise.

De modo a resumir este ponto, tendo a dizer que a nossa atual conjuntura presencia novas polarizações no campo da cultura que atingem diretamente o que foi construído como nacionalidade. Esta, tão importante para a formação do Brasil moderno, como apresentei no início do texto, está passando por mudanças. No núcleo desse furacão de valores se encontram três atores. A tradição, representada pela igreja Católica e pelas igrejas Evangélicas e outras religiões (tradicionais). As igrejas evangélicas neopentecostais. E as “minorias” (mulheres, negros, índios, homossexuais etc.) que lutam há muito tempo, mas com maior eficácia Legal a partir da Constituição de 1988. O país vive uma inflexão étnica, uma antropofagia desritualizada. São três elefantes na mesma loja de cristal.

5. Inflexão étnica e crise de coesão

Do meu ponto de vista, se a igreja católica viabilizou coesão social por séculos, com destaque para a orientação institucional brasileira (educação, justiça, moral), chegando tão profundamente a participar da formação cultural do país, parece que, a partir dos anos de 1970 tal capacidade de articulação em larga escala está perdendo poder. Acredito que a Eucaristia foi um instrumento de integração nacional, trazendo limitações litúrgicas para nossa antropofagia. No entanto, as complexidades próprias de uma solidariedade orgânica, para lembrar Durkheim, têm afetado as bases tradicionais de nossa sociabilidade.

Assim, o ethos religioso interfere diretamente no fazer econômico, nos valores em geral. Tal como viu Max Weber, esse ethos possibilita a observação de dimensões mais profundas de nossa sociabilidade. Não seria ela, a religião, mais importante do que outra esfera social. Ela consiste na escolha de um caminho para observação, tendo em vista que seus desdobramentos não se limitarem ao culto ou aos limites da igreja. No caso brasileiro, o crescimento das igrejas neopentecostais resultou na ocupação, por seus líderes, de cargos políticos importantes em todas as esferas de representação do Estado e da sociedade, inclusive na eleição do presidente Bolsonaro. Isto demonstra a capilaridade

108. Dos muitos livros do professor Jessé Sousa, gostaria de destacar “Subcidadania Brasileira: para entender o país além do jeitinho brasileiro”.

com que esse fenômeno evangélico se consolidou. Para além de um projeto de expansão religiosa há outros em curso: de poder político e cultural. Se, no passado, Orlando Silva cantarolava “nos pés da Santa Cruz você se ajoelhou” para encontrar Jesus, agora, Ele se revela nos pés da goiabeira, como disse a ministra Damares sobre sua revelação.

Os elefantes estão em conflito na loja de cristais e o resultado disso é bastante previsível. Ao mesmo tempo em que, na mesma linha antropofágica, as missões paulinas exigem os espólios da guerra, quer dizer, a retomada da hegemonia paulistana no cenário econômico brasileiro, que foi arranhada desde o governo Fernando Henrique com a “guerra fiscal” e com os programas sociais e valorização do salário mínimo nos governos do PT. A mão de obra ficou cara e os pobres passaram a usar coisas e serviços exclusivos da classe média e dos ricos (história é essa de pobre em avião ou na universidade?). Mas, por outro lado, a periferia engrossou o pescoço, seja com os evangélicos e seus pastores políticos, seja com o narcotráfico e com todo o universo cultural que se faz presente através de youtubers, funk, e tantas outras inteligências.

Em resumo, aqueles que eram as vítimas silenciosas da antiga antropofagia passaram a ser protagonistas também. O Brasil atual se revela o campo aberto dos embates antropofágicos. Não a toa o presidente foi eleito sem projetos, apenas com dois atos: armas em punho e facada no bucho. Nada mais antropofágico.

Bem, para concluir, se regional é sinônimo de periférico, o contrário também o é. Periferia significa regional, assim, as pequenas e médias cidades, as favelas, morros e toda a complexidade desses suburbanos e undergrounds pulsa em todo o país. Veias que latejam nas extremidades do corpo, não só nos pulsos. Neste cenário de tamanha dramaticidade, não vejo outra saída a não ser aconselhar-se na nossa Constituição. Ela é mais do que um conjunto de leis. Representa a capacidade de conciliação, de dar prumo ao país pelo princípio da tolerância, da convivência ética e no respeito às moralidades (religiosas, de gênero, étnicas).

Como dizia Bertrand Russel, a tendência do mundo é a realidade da diferença. Não podemos negar que as culturas, os países, as religiões estarão cada vez mais próximas umas das outras. Assim, a capacidade de diálogo e de tolerância serão mais necessárias do que nunca.

Um país que quer voltar a ser como antes, no que se refere aos imperativos dominantes e privilégios de poucos, nos acordos entre coronéis nordestinos e industriais paulistas, na perda da soberania pelo mimetismo americano, não passa de um país de canibais desregrados, sedentos de mais regiões a dominar, ao passo que bajula os estrangeiros. Entre os tupinambás havia rito, transcendência, como na Eucaristia. Aprendamos, assim,

com nosso passado, quando não havia Twitter, para a construção de uma sociabilidade cuja antropofagia se converta no expurgo de recalques e nos transforme em algo próximo do que possa ser chamado de civilização. Por enquanto, somos terra em transe¹⁰⁹ de febres antropofágicas.

Recebido em: 03 de maio de 2019.

Aprovado em: 12 de junho de 2019.

109. Ver (filme) “Terra em Transe” de Glauber Rocha.

Referências

ALBINO, Luciano. Dez lições sobre Max Weber. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2016.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. A invenção do Nordeste e outras artes. 5a Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CAMPOS, Leneildo Silveira. Os Mapas, Atores e Números da Diversidade Religiosa Cristã Brasileira: Católicos e Evangélicos entre 1940 e 2007. Disponível em < https://www.pucsp.br/rever/rv4_2008/t_campos.pdf> Acesso em: 15 de abril de 2019.

ELIAS, Norbert. Os alemães. 1a Edição. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar.

FERNANDES, Florestan. A função social da guerra na sociedade tupinambá. 3a Ed. São Paulo: Globo, 2006.

_____. A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

_____. Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina. 2a Edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

FREYRE, Gilberto. Casa-Grande & Senzala. 50ª edição. Global Editora. 2005.

_____. Manifesto Regionalista. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cdrom/freyre/freyre.pdf>> Acesso em: 20/04/2019.

HOLANDA, Sérgio Buarque. Raízes do Brasil. Companhia das Letras, Edição comemorativa 70 anos. 2006.

OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma Re(li)gião: Sudene, Nordeste, Planejamento e Conflitos de Classe. 5a Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

PETERS, Gabriel. O social entre o céu e o inferno: A Antropologia Filosófica e Pierre Bourdieu. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/48867/52942>> Acesso em: 24/04/2019

PIERUCCI, Flavio. Religiosidade, racionalização e desencantamento. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=vwLnl1-EK00>> Acesso em: 24 de abril de 2019.

SOUZA, Jessé. Subcidadania brasileira: para entender o país para além do jeitinho brasileiro. Rio de Janeiro: LeYa, 2018.

_____. A rale brasileira: quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

WEBER, Max. Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Vol. 1.

Brasília: Fundação Universidade de Brasília, 1999.

_____ A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.